

Jessé Souza
(Organizador)

*As ideias
de um
compromisso!*

Biblioteca

*Alvaro
Jard*

19/11/99

O malandro e o protestante

A tese weberiana e a
singularidade cultural brasileira



Sumário

SOBRE OS AUTORES, 7

PREFÁCIO, 11
Jessé Souza

PARTE I O RACIONALISMO OCIDENTAL

A ÉTICA PROTESTANTE E A IDEOLOGIA DO ATRASO BRASILEIRO, 17
Jessé Souza

AS ORIGENS DO RACIONALISMO OCIDENTAL, 55
Wolfgang Schluchter

A ORIGEM DO MODO DE VIDA BURGUESES, 121
Wolfgang Schluchter

O MUNDO PERFEITO: NEM POSSÍVEL, NEM DESEJÁVEL, 137
Katie Argiello

PARTE II O EXEMPLO AMERICANO E A SINGULARIDADE CULTURAL BRASILEIRA

WEBER E A INTERPRETAÇÃO DO BRASIL, 173
Luiz Werneck Vianna

WEBER E O MAL-ESTAR COLONIAL, 195
Roberto S. C. Moreira

AS RACIONALIDADES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, **211**
Maria Lucia Maciel

A DUPLICIDADE DA CULTURA BRASILEIRA, **223**
Luiz Eduardo Soares

OS ESTADOS UNIDOS E A FRONTEIRA NA OBRA DE SÉRGIO BUARQUE
DE HOLANDA, **237**
Robert Wegner

LUZES WEBERIANAS NA COMPARAÇÃO ENTRE AS ESFERAS RELIGIOSAS
DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS, **257**
Angela Randolpho Paiva

ENTRE O JUSTO E O SOLIDÁRIO: OS DILEMAS DOS DIREITOS DE
CIDADANIA NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS, **265**
Luís Roberto Cardoso de Oliveira

COMUNITARISMO OU LIBERALISMO? BRASIL E ESTADOS UNIDOS
EM DEBATE, **295**
Robert N. Bellah

Os Estados Unidos e a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda

Robert Wegner

A portava no Rio de Janeiro, em 13 de janeiro de 1931, o navio Bajé do Lloyd Brasileiro trazendo de volta da Alemanha o correspondente Sérgio Buarque de Holanda. O envio de artigos para *O Jornal*, de Assis Chateaubriand, a tradução de filmes da UFA, como o *Anjo azul*, com Marlene Dietrich, a colaboração na revista *Duco* – especializada em relações comerciais teuto-brasileiras – e a intensa vida boêmia não impediram que Holanda assistisse aulas de história e ciências sociais, estudasse Meinecke, Sombart e Weber, e voltasse com quatrocentas páginas de anotações sobre o Brasil, a partir das quais pretendia elaborar um livro com o título *Teoria da América*.

O livro não foi escrito, mas a partir daquelas anotações o autor elaborou um artigo publicado em 1935 na *Revista Espelho*, intitulado “Corpo e alma do Brasil”. Com alterações, esse artigo compôs dois capítulos do livro *Raízes do Brasil*, publicado no ano seguinte. O mais conhecido livro do autor, e também o mais polêmico, encontra-se hoje na 27ª edição brasileira, em traduções para o italiano (1954), para o espanhol (1955) e em duas versões japonesas (1971 e 1976).

Parece lícito dizer que *Raízes do Brasil* é construído por duas linhas básicas de argumentação. De um lado a que estabelece o que seria o nosso tradicionalismo, profundamente marcado pelo iberis-

mo – caracterizado pelo culto à personalidade e pela aventura – e que deságua no tipo ideal da *cordialidade*. O homem cordial age pelos impulsos do coração, sem um mínimo de distanciamento das situações e objetos exteriores, e, dessa maneira, é incapaz de submeter-se a regras abstratas e de diferenciar esfera pública de privada, além de não conseguir se dedicar ao esforço continuado numa atividade, esforço esse que exige uma submissão do indivíduo ao objeto do trabalho.

De outro lado, Holanda alerta para o fato de a sociedade brasileira passar por profundas mudanças, numa “revolução lenta, mas segura e concertada”, que segue seu curso desde meados do século XIX e se fortalece com a Abolição da Escravatura, a qual lança o golpe de morte no domínio rural – fonte de manutenção da cordialidade. No entanto, essa revolução, que transfere o centro de poder para as cidades, corrói a cordialidade sem trazer consigo a civilidade que, ao menos a configuração clássica do moderno, parece exigir: polidez, diferenciação entre o público e o privado, ética do trabalho. Esse desencontro é o “trágico” de nossa situação.

Esses poucos elementos são suficientes para explorar e sublinhar a maneira pela qual Holanda pensa a relação entre o Novo Mundo e os legados transatlânticos a ele transportados. Com esse objetivo, pretendemos classificar o tipo de explicação que aparece em *Raízes do Brasil* recorrendo a uma terminologia apresentada por Richard Morse em seu *A volta de McLuhanatma*. A classificação visa, dentre outras coisas, a estabelecer uma chave que permita, posteriormente, a comparação de *Raízes do Brasil* com os livros do autor sobre a conquista do Oeste brasileiro.

Na Introdução ao seu livro, Morse retoma o debate surgido na década de 1930 sobre a “história comum das Américas” e nele detecta dois tipos básicos de explicação. Como veremos, o projeto de uma história continental foi importante para as interpretações realizadas por Holanda em seus livros acerca da conquista do Oeste, e, por isso, reconstituiremos o debate em traços rápidos. Por enquanto apenas adiantaremos os diferentes enfoques historiográficos percebidos por Morse, para avaliar, então, em qual padrão explicativo se enquadrá *Raízes do Brasil*.

O historiador norte-americano demarca dois grandes enfoques no estudo histórico do Continente: o *genético* e o *situacional*.¹ O primeiro interpreta o Novo Mundo fundamentalmente a partir das idéias e das instituições transportadas do Velho, tratando aquele quase como uma folha em branco a ser preenchida com o legado transatlântico. Nessa linha, é comum a comparação – e geralmente a oposição – entre a Anglo-América e a Ibero-América. O exemplo recente mais famoso – e mais polêmico – desse tipo de explicação pertence ao próprio Morse. Publicado no Brasil em 1988, *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas* analisa a América espanhola a partir das opções culturais e intelectuais ibéricas no fim da Idade Média. A partir daí, o livro é marcado pela oposição entre as duas Américas, como já fica explícito na justificação do seu título:

É sabido que um espelho dá uma imagem invertida. Embora as Américas do Norte e do Sul se alimentem de fontes da civilização ocidental que são familiares a ambas, seus legados específicos correspondem a um anverso e um reverso. Assim, a metáfora do espelho parece-me apropriada ao caso (Richard Morse, 1988: 13).

O segundo enfoque explicativo, o situacional, procura alguma dinâmica própria ao Novo Continente que possa significar a *impressão de uma marca particular* nos valores do Velho Mundo para ele transportados. A dinâmica pode variar, mas em qualquer um dos casos podemos chamá-la de americanização – no sentido continental. Novamente o exemplo conhecido mais recente vem do punho de Morse: *A volta de McLuhanatma* – especialmente os seus quatro primeiros artigos. O primeiro deles, “A linguagem na América”, nos fornece um bom exemplo de enfoque situacional, pois procura analisar como as línguas européias foram transformadas no Novo Continente.

Voltando aos comentários acerca de *Raízes do Brasil*, podemos dizer que na sua primeira linha de argumentação predomina uma explicação com *perspectiva genética*, pois nela a construção

¹ Já em seu texto de 1965, uma introdução à coletânea de textos *The bandeirantes*, Morse fazia essa mesma diferenciação de tipos de explicação. Todavia, denominava o enfoque *situacional* por *funcional* (Richard Morse, 1965: 28).

do tradicionalismo brasileiro está fundada na reconstituição do legado ibérico. Um bom reflexo dessa estratégia é a afirmação, logo no início do livro, de que “somos ainda uns desterrados em nossa terra” (Holanda, 1936: 3). Para completar, cabe ressaltar que o *ruralismo* – por assim dizer, o elo entre iberismo e cordialidade, e, por isso mesmo, um dos conceitos centrais do livro – é, para Holanda, “antes um fenômeno típico do esforço colonizador dos portugueses do que uma imposição fatal do meio durante longo processo de adaptação” (Holanda, 1936: 55).

Ao lado disso, em um segundo eixo de argumentos, o autor percebe uma revolução lenta e gradual em curso desde o século XIX, que diz respeito à urbanização e à modernização. O que importa salientar é o fato de, em *Raízes do Brasil*, as mudanças que apontam para o Brasil moderno ocorrerem de forma *independente e contrária à tradição*. Há nessa chave um profundo desencontro entre o moderno e a tradição, pois aquele representa o individualismo moderno e uma ordem legal-burocrática e a tradição o comunitarismo e uma ordem patrimonial.

A ampla revisão promovida pelo autor para a publicação da segunda edição de *Raízes do Brasil*, lançada em 1948, alerta-nos para seu desconforto em relação a essa forma de interpretar. Dentre as várias polêmicas provocadas e dentre as críticas do próprio autor ao livro, interessa-nos sublinhar a insatisfação de Holanda com a explicação puramente genética presente nessa obra. Mais de trinta anos após a primeira publicação de *Raízes do Brasil*, em uma conferência na Escola Superior de Guerra, o autor comentava alguns aspectos que exigiram revisão nas edições seguintes:

... no capítulo inicial (...) tratara eu do que julgara típico de certa “mentalidade ibérica”, cuja herança preservaríamos, e que nunca deixara naturalizar-se entre povos hispânicos o apreço moderno à atividade utilitária: entre esses povos, como entre os da Antigüidade clássica, importaria antes o ócio do que o negócio. Mais tarde procurei, de passagem, atenuar a formulação. (Holanda, 1967: 4).

Não é nosso objetivo analisar aqui as transformações pelas quais passaram as diferentes edições de *Raízes do Brasil*. Deseja-

mos apenas atentar para o tipo de argumento presente no livro e para o posterior descontentamento do autor com a explicação genética. A intenção daqui em diante será a de mostrar como Holanda utilizará outra estratégia explicativa em seus livros que tratam do bandeirismo e das monções. Neles o autor procura mobilizar uma explicação situacional, incorporando no argumento um “americanismo” no sentido de dinâmica própria ao Novo Continente, o que leva a uma modulação da relação entre tradição e modernidade em sua obra.

Para entender a mudança, torna-se importante acompanhar Holanda entre *Raízes do Brasil*, de 1936, e *Monções*, de 1945. Entre um livro e outro, no ano de 1941, vamos encontrá-lo nos Estados Unidos. Ligado ao Ministério da Educação, pois era então funcionário do Instituto Nacional do Livro, Holanda é convidado pelo Departamento de Estado norte-americano a permanecer naquele país por três meses. Chega em julho, juntamente com o escritor Luis Jardim (cf. Guthrie, 1941: 678-679). É o tempo da política de boa vizinhança e do Pan-americanismo de Roosevelt e, ao estourar a Segunda Guerra, os Estados Unidos descobrem que desconheciam seus vizinhos continentais. Multiplica-se, então, o número de bolsas de estudos, aumentando significativamente as possibilidades de intercâmbio de intelectuais do Continente. Diga-se de passagem, é nessa época que surge a profissão de “brasilianista” (cf. Meihy, 1990a).

Ancorados nas possibilidades de intercâmbio dos países da América e de desenvolvimento e modernização dos ibero-americanos, os intelectuais do Continente procuram novos caminhos para o estudo do Novo Mundo. O americano Lewis Hanke, que Holanda conheceu no Rio de Janeiro no ano anterior à sua viagem (1940) (cf. Moraes, 1940), era, como diretor da Fundação Hispânica da Biblioteca do Congresso, um importante articulador das releituras da história do Continente (cf. Meihy, 1990b: 81). A palavra de ordem era pensar a “história comum das Américas”. Em termos lógicos isso poderia ser viabilizado com algum tipo do que temos chamado explicação situacional. No entanto, entre os historiadores da Ibero-América e os da Anglo-América, nenhuma explicação desse tipo vingou.

Não é exagero afirmar que a busca por uma história comum do Continente se deu mais por uma revisão dos legados transatlânticos – quando se procurava matizar as diferenças entre a tradição ibérica e a anglo-saxônica – do que por uma dinâmica continental. O mais comum, portanto, foi a opção por uma releitura do enfoque genético. O mexicano Silvio Zavala e o próprio Lewis Hanke escreveram trabalhos importantes sobre o tema. Seus livros tratam da maneira como os escolásticos e os missionários da América espanhola produziram um pensamento que não era incompatível com um mundo que agora vinha passando por um intenso processo de modernização, além de sugerirem que a matriz ibérica, especialmente na sua versão hispânica, teria mantido em bases mais seguras o ideal de justiça (Zavala, 1993 [1947]; Hanke, 1949).²

De outro lado, nenhuma chave explicativa do tipo situacional obteve um mínimo de consenso e sucesso para ser aplicada ao estudo do Continente. Uma tese bastante conhecida e que poderia, talvez, ter fornecido essa chave aos estudiosos do Novo Mundo era a *tese da fronteira*, de Frederick Jackson Turner. Apresentada em 1893 nas comemorações dos quatrocentos anos do descobrimento da América (cf. Oliveira, [s.d]: 11-16), constituía uma explicação situacional na medida em que – embora concebida especificamente para os Estados Unidos – ao invés de salientar os valores puritanos e individualistas vindos da Europa, ela enfatizava o que havia de novo no país graças à sua dinâmica particular.

Até a formulação dessa tese, de maneira geral, predominava na historiografia americana uma explicação genética. De acordo com essa linha, os Estados Unidos teriam sido o resultado do estabelecimento de valores puritanos e individualistas em uma terra nova, sem passado feudal. O Novo Continente quase corresponderia a uma folha em branco a ser preenchida. Opondo-se a tal concepção, Turner imprimiu uma dinâmica à nova terra, e defendeu que a singularidade americana era fruto da fronteira. A terra livre nos Estados Unidos teria tido o papel de uma *válvula de segurança* para os conflitos sociais, permitindo que, à medida que as cidades e vilas se saturassem, os indivíduos tivessem a oportunidade de partir para

² Lewis Hanke já vinha trabalhando em seu livro desde, pelo menos, 1941.

uma região não desbravada, e, basicamente por seus próprios esforços, constituíssem uma nova sociedade. Esse processo criava indivíduos igualitários, com iniciativa e amantes da liberdade. Dessa maneira, a democracia americana teria seu fundamento antes na dinâmica da fronteira do que nos valores trazidos da Europa.

O que cabe ressaltar aqui é que a “tese da fronteira” continha uma dinâmica de “americanização” dos traços europeus. De forma muito vivaz, Turner considera que, na fronteira, a natureza domina o adventício, fazendo com que o europeu se obrigue a adotar maneiras e utensílios indígenas. Somente em um segundo momento, após a adaptação ao novo ambiente e ao nativo, o colonizador poderia rearticular seu legado anterior, adequando-o então às novas condições de vida. Os valores europeus são, nesse processo, transformados. Daí a afirmação de Turner: “a fronteira é a linha de mais rápida e efetiva americanização” (Turner, 1996: 3-4).

Como dizíamos, embora fosse uma possibilidade de explicação situacional, para os que procuravam desenvolver uma história comum das Américas a tese de Turner não preenchia o requisito de ser aplicável a todo o Continente. Se essa tese já vinha sofrendo diferentes críticas no interior da historiografia norte-americana desde o começo dos anos de 1930 (Billington, 1971: 3-4; Moura, 1995: 33), no meio que nos interessa a principal era a de que sua tese fosse isolacionista (Hayes, 1972) – autores da América hispânica consideravam-na inaplicável a seus países (Belaúnde, 1923; Zavala, 1965). Em suma, mesmo o ambiente sendo propício a uma explicação do tipo situacional, a tese da fronteira foi, de maneira geral, recusada pelos historiadores que buscavam uma maneira de pensar a história das Américas em seu conjunto.

Não é impossível que Holanda tenha conhecido o debate da história comum das Américas antes de sua viagem aos Estados Unidos. Desde 1939 vinha mantendo contato com o diretor da Editora Martins que, à época, era Rubens Borba de Moraes. Este editava o *Handbook of brazilian studies* junto com William Berrien, norte-americano que teve papel importante na promoção dos estudos do Continente. Por intermédio de Rubens Borba, Holanda pôde conhecer Hanke em 1940, quando este se encontrava em visita ao Rio de Janeiro (Moraes, 1940; Meihy, 1990c: 70). De qualquer

maneira, a estadia nos Estados Unidos sensibilizou-o para o projeto, como podemos depreender de um artigo seu publicado em jornal logo após ter retornado ao Brasil.

Assim que volta de viagem, Holanda escreve um artigo para o *Jornal do Comércio*, publicado em 28 de setembro de 1941, no qual explicita a importância de sua viagem que durou apenas “algumas semanas”. Em primeiro lugar, assume a crescente influência que os Estados Unidos vêm tendo sobre o Continente. Em seguida, lembra que entre a intelectualidade nacional o Brasil é frequentemente pensado em oposição aos Estados Unidos, e que esta ora valoriza um país, ora outro. E então afirma: “Na viagem de algumas semanas que acabo de realizar à América do Norte, acostumei-me a julgar melhor semelhante opinião” (Holanda, 1978: 23).

Holanda alinha-se, dessa maneira, à principal preocupação então presente entre os historiadores das Américas. Antes de ressaltar as diferenças entre o Brasil e os Estados Unidos, seria preciso analisar o que os países teriam em comum. As descrições baseadas em oposições eram quadros pintados com “traços grossos” e “cores vivas”, que mais serviam para o descanso do intelecto do que para um efetivo equacionamento dos nossos dilemas e da nossa história. Refere-se então a Lewis Hanke – um dos promotores do estudo da história comum das Américas – afirmando o seguinte:

... todas essas considerações não servem para atenuar o fato real da existência de um abismo entre os Estados Unidos e a América Latina. Apenas, conforme notou o Lewis Hanke em artigo recente, esse abismo é feito principalmente de incompreensões mútuas, e para vencê-lo é preciso antes de tudo explorar cautelosamente o terreno, examiná-lo sem pontos de vista preconcebidos e definitivos, sondar os obstáculos reais ou ilusórios, e verificar até onde poderão resistir a um esforço bem dirigido (Holanda, 1978: 26).

No entanto, sem se preocupar propriamente com a história de todo o Continente, Holanda abre mão do caminho seguido por Hanke em seu *La lucha por la justicia en la conquista de América*, e, em vez de investir na releitura do legado ibérico, alerta para uma situação comum ao Brasil e aos Estados Unidos: a experiência da fronteira tal como definida por Turner. Dada a importância da referência ao

historiador americano para nosso argumento, convém citar a passagem:

Porque em nosso continente, não obstante todas as diversidades étnicas e culturais, existem de norte a sul feições sociais com raízes idênticas, geradas da aplicação de velhas instituições e velhas idéias a uma terra nova e livre. Nesse sentido pode-se mesmo dizer que, como o Oeste do historiador Frederick Jackson Turner, a América é antes uma forma de sociedade do que uma área geográfica (Holanda, 1978: 27).

O trecho a que Holanda se refere está em um texto de Turner intitulado “The problem of the West”, publicado originalmente em 1896 na *Atlantic Monthly*. Literalmente:

O Oeste é, no fundo, antes uma forma de sociedade que uma área. É o termo aplicado à região cujas condições sociais resultam da aplicação de velhas instituições e idéias às influências transformativas da terra livre (Turner, 1996: 205).

Esse trecho é significativo por deixar explícito em que medida a fronteira é um enfoque situacional, pois, enquanto a visão genética considera o Novo Mundo como se fosse uma folha em branco, em que são impressos os valores transoceânicos, aqui o Novo Mundo, por suas terras livres, possui “influências transformadoras” sobre os velhos valores.

Em outras palavras, ao referir-se a Turner, Holanda aponta para a possibilidade de se aplicar uma *explicação situacional* na interpretação da história brasileira, uma chave que ressalte a americanização no sentido continental. Dessa maneira, uma possibilidade explicativa que pareceu desinteressante à maioria dos historiadores das Américas é considerada instigante por Holanda.

Tal postura o leva aos bandeirantes e à conquista do Oeste. Não se pode, contudo, cair no exagero de afirmar que foi graças à valorização da frontier thesis que Holanda tenha descoberto as possibilidades explicativas da conquista do Oeste para a história do Brasil. Não se pode esquecer que já existia então uma bem formada tradição de estudos sobre os bandeirantes, iniciada por Capistrano de Abreu, autor pelo qual Sérgio Buarque nutria, aliás, grande admiração.

Cabe lembrar que, antes de ter tido contato com o debate do projeto da história comum das Américas e de sua viagem, antes mesmo de ter conhecido Hanke em junho de 1940 no Rio de Janeiro, Holanda já havia publicado um artigo sobre os bandeirantes na *Revista do Brasil*. O breve artigo de sete páginas, intitulado “Caminhos e fronteiras”, foi publicado em março de 1939. Pela brevidade do artigo pode-se pensar que o autor estava começando a se dedicar ao assunto. Outra indicação disso é o fato de, nessa época, Holanda ter sido convidado por Moraes para redigir o capítulo “História colonial” para o *Handbook of brazilian studies*, ficando o capítulo “Bandeirantes” a cargo de Alice Canabrava.

Certamente é uma questão secundária saber se Holanda começou de fato a se interessar pelo tema das Bandeiras a partir de seu contato com a discussão americana. De todo modo, deve-se notar que, quando Moraes organiza o *Handbook of brazilian studies* – juntamente com Berrien, do American Council of Learned Societies, e sob os auspícios do Committee on Latin American Studies –, escreve a Holanda, em março de 1943, e diz: “resolvi incluir o capítulo Bandeiras por ser grande a curiosidade sobre o assunto nos Estados Unidos” (Moraes, 1943). Assinale-se também que o primeiro livro de Holanda sobre o assunto, *Monções*, foi escrito para um concurso nos Estados Unidos, quando então recebeu menção honrosa, porém não o prêmio. Foi publicado em 1945, mas Holanda vinha trabalhando no livro há tempos, pois, já em 15 de setembro de 1942 Mário de Andrade lhe escrevia fazendo um pedido um tanto insólito: “Concebi a idéia de ter os originais, projetos, rascunhos, etc. do livro que você está escrevendo pro tal concurso nos States, é possível?” (Andrade, 1942).

Em todo caso, em vez de supor que Holanda tivesse tido seu interesse despertado para a conquista do Oeste graças à viagem aos Estados Unidos, melhor seria destacar a posição por ele adotada dentro do debate da historiografia americana, postura esta que, uma vez comparada com a chave explicativa situacional adotada em *Razes do Brasil*, indica uma mudança de perspectiva e, conforme veremos mais adiante, permite ao autor uma nova maneira de pensar a relação entre tradição ibérica e modernização. Assim, é preciso analisar como o interesse pela frontier thesis, manifestado pelo

autor no artigo publicado quando de seu retorno ao Brasil, aparece nas suas obras sobre a conquista do Oeste.

Especialmente na década de 1940, o historiador vai se dedicar a esse tema. Seus estudos resultam em *Monções*, livro publicado em 1945; “Índios e mamelucos na expansão paulista”, longo texto publicado nos *Anais do Museu Paulista*, em 1949; “Algumas técnicas rurais no Brasil colonial”, publicado em duas partes na revista *Anhembi*, já no início da década de 1950; além de artigos no jornal *O Estado de S. Paulo*. Tais textos resultariam no livro *Caminhos e fronteiras*, de 1957. É possível ler todos esses escritos como um texto único que versa sobre o mesmo tema: a conquista do Oeste brasileiro. Nele podemos acompanhar como o europeu foi obrigado a se ajustar a padrões de vida indígenas, tendo de abandonar seus métodos de caça, de navegação e seus hábitos alimentares para adaptar-se aos do nativo. Só depois, e lentamente, os padrões europeus puderam ser retomados. O próprio Holanda revela no prefácio a *Caminhos e fronteiras* (1975) que o livro está organizado de tal maneira que a primeira parte corresponde a uma adaptação do adventício aos padrões de vida do nativo, e que a segunda e a terceira correspondem a momentos da retomada do legado europeu. Esquemáticamente, o bandeirante do século XVII representa o momento de adaptação ao nativo. A lenta transição para a retomada do legado transatlântico corresponde aos monçoeiros do século XVIII. Mais tarde, encontraremos o tropeiro e o fazendeiro, que já não seguem os padrões rústicos do início da conquista do Oeste, mas que tampouco reproduzem os valores ibéricos: é justo afirmar que são o resultado da americanização desses valores.

Tal organização da obra nos induz a pensar que Turner havia se tornado uma referência importante para Holanda. Não se quer sugerir contudo, que ele tenha seguido *pari passu* o esquema de Turner. O processo de ocupação do Oeste norte-americano se deu de forma intensa, e em um curto espaço de tempo – concentrou-se basicamente entre os anos de 1820 e 1880. No Brasil, ele foi menos concentrado, compreendendo desde o século XVI até o XIX; e, no entanto, não implicou na ocupação intensa do território – a ponto de ser possível e recorrente o anúncio de novas “marchas para Oeste” ainda em nosso século. Conforme apontava o historiador peruano Víctor Belaúnde, já em 1923, a concentração do processo

de ocupação norte-americano e o fato ele de ter ocorrido no século XIX – e não antes – trarão conseqüências nunca reproduzidas em qualquer outro país do Continente (Belaúnde, 1923; Zavala, 1965). Mas o que parece atrair Holanda escapa a essas diferenças, pois, o que lhe é sugestivo é a dinâmica de formação do homem da fronteira.

Nos textos de Holanda percebe-se que, a partir do momento em que entra no sertão o homem ibérico já não seria mais o mesmo. Diante de uma natureza mais forte que ele, foi obrigado a pagar um tributo a ela, adaptando-se. E a sociedade que surgiria daí seria algo nova, não mais puramente ibérica. Dessa maneira, o que evidenciamos na leitura de seus livros é um vagaroso disciplinamento de indivíduos que em um primeiro momento se ajustaram quase que totalmente ao nativo, tornando-se praticamente instintivos. Lentamente, na luta quotidiana pela vida no sertão, esses homens vão se tornando seres menos anárquicos. O disciplinamento não se dá por nenhuma força externa que se impõe sobre os indivíduos, nem por nenhuma revolução nos costumes. A mudança ocorre gradualmente e sem grandes cortes. Segundo a imagem utilizada pelo autor, “com a *consistência do couro*, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio” (Holanda, 1990: 6 – ênfase minha). Um trecho de *Monções* pode ilustrar bem esse processo de disciplinamento. Ao apontar a diferença entre o espírito do homem das monções e o das bandeiras, Holanda escreve que

... os elementos de que agora dispõe o sertanista para alcançar sua terra de promessa vão deixar menor margem ao capricho e à iniciativa individuais. É inevitável pensar que o rio, que as longas jornadas fluviais tiveram uma ação disciplinadora e de algum modo amortecedora sobre o ânimo tradicionalmente aventureiro daqueles homens. A própria exigüidade das canoas das monções é um modo de organizar o tumulto, de estimular, senão a harmonia, ao menos a momentânea conformidade das aspirações em contraste. A ausência dos espaços ilimitados, que convidam ao movimento, o espetáculo incessante das densas florestas ciliares, que interceptam à vista o horizonte, a abdicação necessária das vontades particulares, onde a vida de todos está nas mãos de poucos ou de um só, tudo isso terá de influir poderosa-

mente na mentalidade dos aventureiros, que demandam o sertão remoto. Se o quadro dessa gente aglomerada à popa de um barco tem, em sua aparência, qualquer coisa de desordenado, não será a desordem das paixões em alvoroço, mas antes a de ambições submissas e resignadas (*Idem*: 72).

Dessa maneira, no próprio intercâmbio do homem com o mundo exterior, dá-se o ordenamento das paixões. E nesse processo vamos acompanhando o bandeirante, o monçoeiro, o tropeiro, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno industrial se adequando lentamente, por conta de suas atividades cotidianas, às novas necessidades de um mundo em transformação. Podemos retomar essa “constelação” de figuras emblemáticas e observar a gradual mudança ocorrida no desenrolar desse processo em que “o tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro. A transição faz-se assim sem violência” (Holanda, 1949: 289).

Nessa transição, em meados do século XIX,

Com as feiras de animais de Sorocaba, assinala-se distintamente, uma significativa etapa na evolução da economia e também da sociedade paulista. Os grossos cabedais que nelas se apuram, tendem a suscitar uma nova mentalidade na população” (*Idem*: 289).

Cabe acompanhar, portanto, o surgimento dessa “nova mentalidade” resultante de um processo de transformação gradual e “sem violência”, o qual culmina com a atividade tropeira, e por meio do qual “o *espírito de aventura* – que admite e quase exige a agressividade ou mesmo a fraude – encaminha-se, aos poucos, para uma *ação mais disciplinadora*” (*Idem*: 289 – ênfases minhas). Ou seja, aquele mesmo “espírito de aventura” que, por assim dizer, já se encontra em *Raízes do Brasil*, reaparece aqui em transformação – esta proporcionada pela dinâmica da fronteira – rumo a uma “nova mentalidade” mais disciplinada. Com isso, “à fascinação dos riscos e da ousadia turbulenta substitui-se o amor às iniciativas corajosas, mas que nem sempre dão imediato proveito. O amor da pecúnia sucede ao gosto da rapina” (*Idem*: 289).

Essas transformações fazem com que se estabeleça entre os tropeiros – como aliás já começava a acontecer nas monções –,

... uma ambição menos impaciente do que a do bandeirante ensina a medir, a calcular oportunidades, a contar com danos e perdas. Em um empreendimento muitas vezes aleatório, faz-se necessária certa dose de previdência, virtude eminentemente burguesa e popular. Tudo isso vai afetar diretamente os mores de uma sociedade ainda sujeita a hábitos de vida patriarcais e avessa no íntimo à mercancia, tanto quanto às artes mecânicas (*Idem*: 289-290).

O disciplinamento do sertanista modifica os “hábitos de vida patriarcais” – vale frisar, os mesmos hábitos encontrados em *Raízes do Brasil*. Portanto, nas monções e, mais ainda, entre os tropeiros, começamos a encontrar o cálculo, o planejamento e até mesmo “certa dose de previdência, virtude eminentemente burguesa”. Contudo, o próprio autor alerta:

Não convém, em todo o caso, acentuar com demasiada ênfase a transformação que a influência das novas ambições promete realizar. Há na figura do tropeiro paulista, como na do curitibano, do rio-grandense, do correntino, uma *dignidade sobranceira e senhorial, essa mesma dignidade que os antigos costumavam atribuir antes ao ócio do que ao negócio. Muitos dos seus traços revelam nele a herança, ainda bem viva, de tempos passados, inconciliável com a moral capitalista*. A dispensa muito freqüente de outra garantia nas transações, além da palavra empenhada, que se atesta no gesto simbólico de trocar um fio de barba em sinal de assentimento, casa-se antes com a noção romântica e feudal de lealdade do que com o conceito moderno de honestidade comercial (*idem*: 290 – ênfase minha).

Dessa forma, aquelas qualidades, o cálculo, a previdência, adequadas à moral capitalista, surgem sem solapar de todo características de um mundo patriarcal, deixando de excluir até mesmo certo grau de personalismo nas transações comerciais e uma “dignidade sobranceira e senhorial”. Se agora começamos a vislumbrar um mundo que valoriza antes o negócio que o ócio, este e suas respectivas características não estão ausentes de forma absoluta.

Com isso já podemos supor um diálogo com um sujeito oculto ao texto, especialmente com *A ética protestante e o espírito do capitalismo* de Weber – este autor tantas vezes referido no livro de

estréia de Holanda. Persistindo alguma dúvida quanto a possibilidade de perceber a manutenção desse diálogo, vale prosseguir a análise do texto no qual Holanda complementa sua idéia:

Também falta, aqui, esse ascetismo racionalizante, que parece inseparável do ideal burguês, ao menos em suas origens. O amor ao luxo e aos prazeres domina em pouco tempo esses indivíduos rústicos, que ajazam suas cavalgaduras com ricos arreios de metal precioso ou que timbram em gastar fortunas nos cabarés, nos jogos, nos teatros (*Idem*: 290 – ênfases minhas).

Ao ler essa passagem é de fato difícil não nos vir à mente – como contraponto – o estudo de Weber, segundo o qual o espírito do capitalismo, nas suas origens – para falar como Holanda –, envolveu um rompimento radical com o hedonismo e com o tradicionalismo, seu “oponente mais importante” (Weber, 1958) – em suma, com as forças que poderiam conduzir a um capitalismo aventureiro ou político, mas não a um do tipo burguês. O rompimento com essas forças foi proporcionado pelo protestantismo por este exigir o exercício de um ascetismo racional não apenas dos monges, mas também dos leigos, transportando-o dos monastérios para “dentro do mundo”. Assim, o espírito do capitalismo clássico ficou marcado, mesmo após perder sua motivação religiosa, por diversos traços daquele ascetismo racional que o marcou em suas origens e, por isso, não incentivava a exibição com adereços “de metal precioso” ou algo semelhante. Os portadores da ética descrita por Weber,

Over against the glitter and ostentation of feudal magnificence which, resting on an unsound economic basis, prefers a sordid elegance to a sober simplicity, they set the clean and solid comfort of the middle-class home as an ideal (Weber, 1958: 171).³

³ Tradução: “Em oposição ao brilho e ostentação da pompa feudal – na qual, sobre uma base econômica frouxa, prefere-se uma elegância sórdida a uma simplicidade sóbria – (...) elegend o conforto asseado e estável do lar de classe média como um ideal”.

Assim, esse mesmo homem evita despender seu tempo e sua fortuna nos “cabarés, nos jogos, nos teatros”, pois, para ele,

... impulsive enjoyment of life, which leads away both from work in a calling and from religion, was as such the enemy of rational asceticism, whether in the form of seigneurial sports, or the enjoyment of the dance-hall or the public-house of the common man” (*Idem*: 167-168).⁴

Portanto, ao invés de cultivarem o “amor ao luxo e aos prazeres”, como os tropeiros – que, segundo Holanda, portam uma nova mentalidade em relação ao ganho meramente aventureiro –, os ascéticos puritanos evitavam “o uso irracional da riqueza”, o qual “was exemplified in the outward forms of luxury which their code condemned as idolatry of the flesh, however natural they had appeared to the feudal mind” (*Idem*: 171).

Em suma, podemos dizer então que por meio da dinâmica de conquista do Oeste forma-se uma mentalidade compatível com o moderno capitalismo, sem contudo ocorrer um completo rompimento com valores e costumes normalmente associados a um mundo pré-burguês. Detecta-se uma mentalidade capitalista sem ascetismo racionalizante – a qual “parece inseparável do ideal burguês, ao menos em suas origens” – que, por isso mesmo, possibilita a vazão dos sentimentos e prazeres. Ressalte-se que esse resultado descrito por Holanda também envolveu “um longo e árduo processo de educação”, conforme se refere Weber ao surgimento do espírito associado à vocação, mas ao contrário desse caso, aqui o processo de educação não significou um corte absoluto com o passado.

É possível afirmar então que, auxiliado pela tese da fronteira, em textos da década de 1940 Holanda introduz em sua análise uma explicação situacional. Agora temos uma sociedade que partiu de valores ibéricos (comunitarista e patrimonial), mas que a partir da dinâmica da fronteira foi se tornando uma sociedade com valores, até certo ponto individualistas, e com possibilidades de uma certa

⁴ “O impulsivo gozo da vida, o qual desvia tanto do trabalho em uma vocação, como da religião, era, como tal, o inimigo do ascetismo racional, quer se apresentasse na forma do salão de jogos ou de baile senhorial, quer na forma de galpão de dança e da taberna do homem comum”.

ordem legal-burocrática. Insistimos no “até certo ponto” porque a dinâmica da fronteira na obra de Holanda, como em Turner, imprime nos indivíduos a valorização da iniciativa individual, do trabalho e da organização, mas, ao mesmo tempo, não destrói completamente o legado transatlântico – no caso brasileiro, o ibérico.

Portanto, embora o processo de formação do homem da fronteira possa ter conduzido a uma sociedade compatível com o moderno capitalismo, não significa que nela encontremos o ascetismo e a impessoalidade tão marcantes nas versões mais correntes da moral capitalista. Na verdade, o tipo de formação que verificamos aqui se aproxima menos da idéia de *vocação* do que do ideal de *Bildung* (formação), o qual, como nos ensina Harvey Goldman, não implica um rompimento com o *self* natural. Com base em Kant, Goldman esclarece que a *vocação* exige uma revolução do *self* natural para sua transformação em personalidade. Essa via corresponde à ética protestante que, segundo Weber, foi a única capaz de criar a personalidade *par excellence* e a propiciar um terreno fértil para o espírito do capitalismo. O que temos visto sobre a obra de Holanda nos indica a possibilidade de interpretá-la como um processo de formação de uma mentalidade compatível com a moral capitalista por via diversa, ou seja, por meio de reformas graduais do *self* – numa versão que se aproxima mais do ideal de *Bildung* (Goldman, 1988: cap. 3; Kant, 1974).

Embora sem ascetismo, sem uma racionalidade que reordenasse o mundo, e apesar do cultivo do luxo e das diversões, esses homens teriam construído uma sociedade minimamente ordenada e produtiva. É lícito dizer mesmo que esses homens tornaram-se compatíveis com um mundo em processo de modernização. Podemos ler, em tal sentido, a afirmação de Holanda, a qual aponta para o significado social e utilitário desses indivíduos formados na fronteira. Escreve o autor:

Ninguém duvida que a ocupação a que se entregavam tais homens fosse, em todos os sentidos, produtiva e útil à coletividade. Mas o espírito em que a conduziam tendia a mascarar de qualquer forma essa feição utilitária, e em realidade era menos de bufarinheiros do que de barões. A ostentação de capacidade financeira vale aqui quase por uma demonstração de força física.

ca. Ao menos nisto, e também na aptidão para enfrentar uma vida cheia de riscos e rigores, o tropeiro ainda pertence à família bandeirante (Holanda, 1957: 159 – ênfase minha).

Aplicando, para esse momento da obra de Holanda (no qual as grandes caracterizações e o recurso a tipos ideais são evitados), os termos utilizados em *Raízes do Brasil*, poderíamos dizer que agora a cordialidade lentamente se disciplina e se civiliza, sem contudo romper radicalmente com suas características iniciais. Dessa maneira, estamos diante de uma situação em que a nossa tradição se moderniza “por dentro”, não ocorrendo, como antes, uma absoluta incompatibilidade entre modernização e tradição, e sim uma possível convergência destes com influxos externos de modernização.

Essa mudança na percepção de Holanda, que envolve o acréscimo de um elemento transformador da herança ibérica – a fronteira – permite um novo olhar para essa mesma tradição. Ressalte-se que a plasticidade e a capacidade de adaptação do português – já presente em *Raízes do Brasil* – é uma característica que se alia, e amplia, à lógica da fronteira de tal forma que, por si só, a tradição ibérica, desse ponto de vista, passa a possibilitar uma outra versão do moderno – e não simplesmente sua antítese.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Mário. Carta a Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, 15 de setembro de 1942. Campinas, SIARQ/UNICAMP (Sistema de Arquivos/Universidade de Campinas) – Fundo Privado Sérgio Buarque de Holanda; SBH/Cp (Série: Correspondência; Subsérie: Passiva), 1942.
- BELAÚNDE, Víctor Andrés. “The frontier in hispanic America”. *The Rice Institute Pamphlet* 1923, outubro, v. X, nº 4, pp. 202-213.
- BILLINGTON, Ray Allen., *The genesis of the frontier thesis: a study in historical creativity*. San Marino: The Huntington Library, 1971.
- GOLDMAN, Harvey. *Max Weber and Thomas Mann: calling and the shaping of the self*. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 1988.

- GUTHRIE, Chester L. “Visitors from hispanic America”. *The Hispanic American Historical Review*, 1941, novembro, v. XXI, nº 4.
- HANKE, Lewis. *La lucha por la justicia en la conquista de América*. Buenos Aires: Sudamericana, 1949.
- HAYES, Carlton J. H. “The american frontier. Frontier of what?”. Em G. R. Taylor (Ed.). *The turner thesis: concerning the role of the frontier in american history*. 3. ed. Lexington: D.C. Heath and Company, 1972 [1946].
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- _____. “Caminhos e fronteiras”. *Revista do Brasil*, março, 1939, pp. 14-20.
- _____. “Índios e mamelucos na expansão paulista”. *Anais do Museu Paulista*. Separata do v. XIII/177-290, 1949.
- _____. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- _____. Elementos básicos da nacionalidade: o homem. Palestra proferida na ESG (Escola Superior de Guerra). Rio de Janeiro, 1967.
- _____. “Considerações sobre o americanismo”. *Cobra de vidro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978 [1941].
- _____. *Monções*. 3. ed. ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1945].
- KANT, Immanuel. “A religião dentro dos limites da simples razão”. *Crítica da razão pura e outros textos filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, (Coleção Os pensadores).
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990a.
- _____. “Depoimento de Stanley J. Stein”. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990b.
- _____. “Depoimento de Charles Wagley”. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990c.
- MORAES, Rubens Borba de. Carta a Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, 24 de junho de 1940. Campinas, SIARQ/UNICAMP –

- Fundo Privado Sérgio Buarque de Holanda; SBH/Cp (Série: Correspondência; Subsérie: Passiva), 1940.
- _____. Carta a Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, 28 de março de 1943. Campinas, SIARQ/UNICAMP – Fundo Privado Sérgio Buarque de Holanda; SBH/Cp (Série: Correspondência; Subsérie: Passiva), 1943.
- MORSE, Richard McGee. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- _____. *A volta de McLuhanáima: cinco estudos solenes e uma brincadeira séria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MOURA, Gerson. *História de uma história: rumos da historiografia norte-americana no século XX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. A América e a fronteira: Turner e Roosevelt. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, [s.d], (mimeo.).
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1977.
- TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in american history*. 3. ed. Nova York: Dover Publications, 1996 [1920].
- WEBER, Max. *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. Tradução de Talcott Parsons. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1958.
- WERNECK VIANNA, Luiz. "Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira". *Dados*. Rio de Janeiro: 1996, v. 39, nº 3.
- ZAVALA, Silvio. "The frontiers of hispanic America". Em W. D. Wyman (Ed.), *The frontier in perspective*. 2. ed. Madison: The University of Wisconsin Press, 1965 [1957].
- _____. *La filosofía política en la conquista de América*. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica 1993 [1947].